

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

**O ENSINO INTEGRADO E A FORMAÇÃO INTEGRAL DO SUJEITO:
uma análise sob as teorias foucaultianas de poder-saber e cuidado de si**

***INTEGRATED EDUCATION AND COMPREHENSIVE SUBJECT TRAINING:
an analysis based on Foucauldian theories of power-knowledge and self-care***

Michele Fuzatto de Oliveira TERRA

Instituto Federal do Triângulo Mineiro

michelefuzatto@gmail.com

Anderson BRETTAS

Instituto Federal do Triângulo Mineiro

andersonbrettas@iftm.edu.br

DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v6i2.544>

Resumo

Este artigo analisa, com base nas teorias foucaultianas de poder-saber e cuidado de si, o papel das instituições escolares tradicionais no sistema capitalista, enfatizando sua atuação como dispositivos de formação de indivíduos assujeitados. O objetivo é provocar uma reflexão crítica sobre o ensino integrado e o sistema educacional brasileiro atual, considerando que a escola ainda é um meio central de condução das relações de poder e saber. O artigo explora como o poder-saber, através de práticas discursivas, cria uma sociedade alienada com sujeitos docilizados, enquanto o cuidado de si propõe a formação de sujeitos autônomos na construção de suas subjetividades. Nesse sentido, este artigo se desenvolve em três momentos. No primeiro momento, trata sobre como as instituições escolares tradicionais têm funcionado como um dispositivo para o constructo social de uma sociedade disciplinar. No segundo momento, versa sobre como a consciência de si pode contribuir para que os sujeitos se formem integralmente. Por fim, no terceiro momento, demonstra as contribuições acerca da modalidade de ensino integrado para uma formação autônoma e libertária do sujeito. Dessa forma, considera-se que a formação omnilateral e emancipadora a partir do ensino integrado contribui em certa medida para a desconstrução do paradigma vigente de uma sociedade disciplinar e para a construção de



um paradigma emergente que seja capaz de promover a formação integral de indivíduos, o que favorece a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Michel Foucault. Ensino integrado. Poder disciplinar. Cuidado de si.

Abstract

Based on Foucault's theories of power-knowledge and self-care, this article analyzes the role of traditional school institutions in the capitalist system, emphasizing their role as devices for the formation of subjected individuals. The objective is to provoke a critical reflection on integrated education and the current Brazilian educational system, considering that the school is still a central means of conducting power and knowledge relations. The article explores how power-knowledge, through discursive practices, creates an alienated society with docile subjects, while self-care proposes the formation of autonomous subjects in the construction of their subjectivities. In this sense, this article is developed in three moments. The first moment deals with how traditional school institutions have functioned as a device for the social construction of a disciplinary society. The second moment deals with how self-awareness can contribute to the integral formation of subjects. Finally, the third moment demonstrates the contributions of the integrated education modality to the autonomous and libertarian formation of the subject. Thus, it is considered that omnilateral and emancipatory training based on integrated teaching contributes to a certain extent to the deconstruction of the current paradigm of a disciplinary society and to the construction of an emerging paradigm that is capable of promoting the comprehensive training of individuals to contribute to the formation of a more just and egalitarian society.

Keywords: Michel Foucault. Integrated teaching. Disciplinary power. Take care of yourself.

INTRODUÇÃO

O presente texto versa sobre as relações entre o sistema educacional brasileiro, sobretudo a modalidade de ensino integrado, e as teorias do poder-saber e do cuidado de si de Michel Foucault. A escolha pelas teorias de Foucault se deu em face de suas notáveis e vastas contribuições, em especial pela ousada posição filosófica em tratar de questões que demonstram como as relações de poder controlam a construção do conhecimento na sociedade na forma de disciplinarização de corpos, impedindo que os indivíduos possam construir suas subjetividades de maneira autônoma.

O filósofo Paul-Michel Foucault (1926-1984), natural de Poitiers, na França, era integrante de uma família burguesa de tradição católica. Alcançou o reconhecimento no campo intelectual a partir de sua primeira obra publicada em 1966 com o título “As palavras e as coisas”. Nos anos subsequentes, publicou também “A arqueologia do saber” (1969), “A ordem do discurso” (1970), “Vigiar e Punir - a história da violência nas prisões” (1975), “História da Sexualidade (I) – A vontade de saber” (1976), “Microfísica do poder” (1979), “A hermenêutica do sujeito” (1981), “História da Sexualidade (II) – O uso dos Prazeres” e “História da Sexualidade (III) – Cuidado de Si” (1984) (Veiga-Neto, 2004).

Embora não tenha trabalhado efetivamente com o campo da educação, Foucault dedicou trinta e dois anos de sua vida à função de professor de Filosofia e Psicologia (1952-1984). Tantos anos de experiência proporcionaram a Foucault, assim como a outros intelectuais das mais



diversas nacionalidades e especialidades, a percepção de como o ensino em países de sistema capitalista se move e se constrói nos moldes da sociedade burguesa. Esses moldes visam formar sujeitos massificados, alienados, sem perspectiva de crescimento intelectual e com uma visão unilateral. Isto é, esse modelo de construção do conhecimento objetiva formar sujeitos apenas para atuar no mercado de trabalho na forma de mão de obra barata (Gabriel; Pereira, 2018).

A partir desse viés, Foucault problematiza, em sua teoria sobre o poder disciplinar, a relação do poder-saber como uma maneira de docilizar indivíduos frente aos interesses econômicos capitalistas predominantes. Essa docilização se dá em diversos ambientes na forma de imposição, direta e indiretamente, e se caracteriza pela necessidade de se enquadrar dentro de padrões impostos pela sociedade frente ao corpo, aos hábitos e aos valores políticos, éticos, sociais e culturais. A disciplinarização, para se enquadrar nos moldes, interfere na constituição do sujeito, que interioriza tais padrões no processo de construção de suas subjetividades.

Um dos dispositivos de docilização e formação de uma sociedade disciplinar são as instituições escolares que se desenvolvem a partir de políticas públicas que constroem currículos sob a ótica de uma sociedade burguesa e capitalista. Para Foucault, o poder é resultado de uma correlação de ação e força. Assim, o “[...] poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis (como a escola), é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas” (Foucault, 2014, p. 165).

Nesse sentido, Foucault problematiza, a partir de outra teoria, conhecida como cuidado de si, a necessidade da conquista do sujeito pela sua independência frente a uma sociedade controladora. Ou seja, a construção da subjetividade pelo próprio indivíduo como ser livre e liberto de padrões a serem seguidos.

Com base nestas duas teorias, o poder-saber e o cuidado de si, este artigo se desenvolve em três momentos. No primeiro momento, tratará sobre como a escola tradicional tem funcionado como um dispositivo para o constructo social de uma sociedade disciplinar, segundo o pensamento de Foucault. No segundo momento, versará sobre como a consciência de si pode contribuir para que os sujeitos se formem integralmente. Por fim, no terceiro momento, investigará as contribuições acerca da modalidade de ensino integrado para uma formação autônoma e libertária do sujeito.

Em suma, o artigo objetiva refletir sobre como as relações de poder dentro das instituições escolares moldam os sujeitos para o constructo de uma sociedade disciplinar marcada pela alienação multidimensional, sobretudo da percepção dos próprios indivíduos frente às suas subjetividades enquanto seres práticos produtores de si mesmo e do mundo ao seu redor. Busca-se ainda refletir sobre como a modalidade de ensino integrado, numa perspectiva de formação integral, pode contribuir para a desconstrução desse modelo de sociedade burguesa.

Para a confecção do presente artigo, será utilizada a metodologia revisão bibliográfica narrativa com abordagem qualitativa, realizada com base em artigos e livros relativos aos assuntos em estudo.



INSTITUIÇÕES ESCOLARES TRADICIONAIS: o constructo social de uma sociedade disciplinar

As instituições escolares tradicionais, ao longo da história, têm contribuído para o constructo social de uma sociedade disciplinar. O panorama elaborado por Foucault através das fases arqueológica, genealógica e ética ilustra como o conhecimento e o poder se entrelaçam na formação do sujeito. Na fase arqueológica, é analisado o impacto das práticas discursivas na construção da história e dos indivíduos, distanciando-se das correntes positivistas e iluminando como as "verdades" são, na realidade, impostas e controladoras. Já na fase genealógica, a ênfase se desloca para as relações de poder, destacando-se a ideia de Foucault de que o poder não é um bem a ser possuído, mas uma rede em constante funcionamento e exercício, permeando as instituições e moldando o comportamento.

O cuidado de si e a formação integral do sujeito são conceitos foucaultianos essenciais que desafiam as práticas tradicionais de ensino e abrem possibilidades para a construção de subjetividades mais autônomas e libertadoras. Ao repensar o papel das instituições escolares, observa-se uma oportunidade de reformulação que vai além da simples transmissão de conhecimento. Ao cuidar de si, os indivíduos aprendem a cuidar dos outros, promovendo uma sociedade mais consciente e participativa. Este processo de autodesenvolvimento e liberdade encontra respaldo na ideia de que o educador e o educando estão mutuamente engajados no cuidado e na formação de si e do outro, culminando numa prática educativa que fomenta a autonomia e a responsabilidade social.

O ensino integrado surge como uma alternativa viável e promissora nesse cenário, buscando superar a dualidade educacional histórica entre formação profissional e intelectual. Esta abordagem rompe com a divisão entre trabalho manual e intelectual e fomenta uma formação holística e democrática, na qual a educação é entendida como um processo socializador e emancipatório. O trabalho, neste contexto, não é apenas um meio de sobrevivência, mas um princípio educativo que promove o desenvolvimento solidário e a superação das desigualdades sociais. Assim, o ensino integrado, ao incorporar as dimensões de trabalho, ciência e cultura, contribui para a formação de sujeitos plenos, críticos e atuantes na sociedade.

Segundo Zanlorenzi (2017), é possível tratar das teorias foucaultianas a partir de três fases: a arqueológica (com o domínio do ser-saber), a genealógica (com o domínio do ser-poder) e a fase ética (com o domínio do ser-consigo). Esses três períodos devem ser apreendidos como saberes que se completam entre si, sobretudo no que diz respeito ao sujeito, que é a questão chave dos estudos de Foucault (Ferraz; Pagni, 2019). Em sequência, para compreender o caminho teórico do autor, analisemos as três dimensões de suas teorias.

No período arqueológico, conhecido como a dimensão do ser-saber, Foucault procura, através de uma visão epistemológica, entender como os indivíduos se tornam sujeitos do conhecimento intermediados por aspectos singulares da história e pela busca da verdade. Além disso, releva como a relação entre o poder e as práticas discursivas controla a construção da história e dos indivíduos. Dessa forma, ao distanciar-se das vertentes positivistas da modernidade, Foucault demonstra como as verdades impostas pelo conjunto de práticas discursivas atuam no constructo social de indivíduos assujeitados (Lobo; Maciel Júnior, 2018).



No período genealógico, conhecido como a dimensão do poder-saber, Foucault se concentra nas relações de poder, de saber e do corpo (Dreyfus; Rabinow, 2010, p. 140 apud Ferraz; Pagni, 2019). As interpretações tradicionais da noção de poder na modernidade se davam em dois panoramas gerais: a perspectiva liberal – em que o poder é algo que pode ser adquirido – e a perspectiva marxista – em que o poder se caracteriza como um elemento importante nas relações de produção.

No entanto, para Foucault, tais perspectivas eram insuficientes, uma vez que não buscam uma compreensão do poder em sua origem (Zanlorenzi, 2017). Ao romper com essas concepções conceituais clássicas, Foucault traz uma redefinição de poder:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (Foucault, 2014, p. 162-163).

Nesse sentido, para Foucault, o poder atua como um normatizador de conduta, e não como algo que seja possuído pelos sujeitos. Para ele, o poder “toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais” (Foucault, 1988, p. 88).

A partir desta nova lógica, Foucault determina que as relações de poder permitem retirar dos sujeitos muito mais do que riquezas e, por isso, é uma das maiores invenções da burguesia. Para ele, as relações de poder coexistiram com o processo de criação do capitalismo industrial, sendo essas relações um importante instrumento de criação de uma sociedade disciplinada. Foucault (2002, p. 42-43) diz que “esse poder não soberano, alheio portanto à forma da soberania, é o poder ‘disciplinar’”.

Segundo Ferraz e Pagni (2019), o objetivo de Foucault nunca foi meramente definir o que é poder, mas analisar como esse conceito se comporta nas relações sociais. Assim, no período genealógico, tem-se a descoberta do corpo como objeto de poder. Por isso, sabendo que o sujeito é um ser do saber e que o saber é poder, as genealogias podem ser entendidas como antíteses das ciências convencionais. Elas não buscam um desconhecimento poético ou uma rejeição ao conhecimento; tampouco se opõem ao reconhecimento dos valores de uma experiência ainda não explorada pela ciência. A questão central é outra: elas representam uma rebelião contra os tipos de conhecimento estabelecidos. Essa rebelião não se dirige principalmente aos conteúdos, métodos ou conceitos de uma ciência específica, mas sim aos efeitos de poder centralizados que acompanham a instituição e o funcionamento do discurso científico numa sociedade como a nossa (Foucault, 2002).

Nessa citação, quando Foucault determina que as relações de poder são construídas essencialmente em instituições, abrange também as instituições escolares. Para Foucault (1999, p. 164), “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’”.

Em outras palavras, a escola, a partir das relações microfísicas de poder, que ocorrem em seu interior e exterior, moldam os sujeitos e disciplinam os seus comportamentos. Foucault (1999, p. 163) determina esse processo como formador de corpos dóceis, sendo que para ele “é dócil



um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”.

Em sua obra “Vigiar e Punir”, Foucault retrata que as relações de poder evoluíram no modelo de capitalismo neoliberal, uma vez que as relações de poder passaram a exercer influências sobre os corpos na forma de disciplinarização de suas subjetividades, e não mais na forma de suplícios, como se dava na época do poder monárquico. Ou seja, corpos maltratados não “geram mão de obra” como corpos sadios e docilizados (Ferraz; Pagni, 2019).

O esquadramento rigoroso do tempo, espaço e movimentos são artifícios importantes para os fins de poder disciplinar e docilização dos corpos que se movimentam de instituição em instituição numa sociedade capitalista (Batista; Baccon; Gabriel, 2015). Em suma, as técnicas do poder disciplinar para a construção de uma sociedade docilizada são:

Eis a primeira: aquilo que Foucault chamou de a arte das distribuições; a qual está dividida em quatro momentos que se cruzam e se complementam. [...] Primeiro: o princípio de clausura, ou a cerca: isto é, um lugar fechado em si mesmo. [...] Segundo: quadriculamento: cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Importa estabelecer as presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um. Terceiro: localizações funcionais: lugares determinados se definem para satisfazer não só a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil. Quarto: fila: a ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; alinhamento das classes, de idade, umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldades crescentes. A segunda técnica e não menos importante, seria o controle da atividade. [...] O que se pretende com tudo isso é: exatidão; aplicação; regularidade (Foucault, 2009 *apud* Batista; Baccon; Gabriel, 2015, p. 9-10).

Ainda de acordo com Batista, Baccon e Gabriel (2015), as técnicas do poder disciplinar citadas não pertencem a uma única instituição, estando presentes, por exemplo, em escolas, em hospitais, em quartéis e em prisões. Ou seja, independente da instituição, é conclusivo dizer que o poder se articula ao saber com o propósito de adestrar sujeitos a partir da atuação nas relações sociais. Neste contexto, Foucault reconhece que o poder não apenas facilita o conhecimento porque é útil ou o serve, mas que ele efetivamente o gera. Existe uma interdependência entre poder e saber; não pode haver exercício de poder sem que simultaneamente se forme um campo de conhecimento correspondente, assim como não existe conhecimento que não implique e não estabeleça relações de poder. Portanto, as dinâmicas de "poder-saber" não devem ser estudadas sob a perspectiva de um sujeito do conhecimento que seria livre ou não em relação ao sistema de poder. Pelo contrário, deve-se entender que o sujeito que conhece, os objetos do conhecimento e as formas de conhecer são, de fato, resultados dessas relações intrínsecas de poder-saber e das suas evoluções históricas.

Segundo Veiga-Neto (2007, p. 114), “a escola foi a instituição moderna mais poderosa, ampla, disseminada e minuciosa a proceder a íntima articulação entre o poder e o saber”. Em uma análise específica de como essas técnicas de disciplinarização estão presentes nas instituições escolares tradicionais, nota-se: os alunos separados em séries, alinhados nas salas de aulas em carteiras que se encontram em espaços específicos e estratégicos, onde as suas ações e atividades podem ser vigiadas e avaliadas. Além disso, tudo a ser realizado dentro da instituição possui horários específicos e bem delimitados. Observa-se também a presença das filas que



estão presentes na disposição das carteiras, no momento de entrar na instituição, na sala de aula, no banheiro, na cantina e no refeitório. Em suma, a ordem se faz presente como forma de disciplinarização (Batista; Baccon; Gabriel, 2015).

Em síntese, além das técnicas já mencionadas, o sucesso do poder disciplinar está atrelado a três instrumentos específicos: o olhar hierárquico, que no caso da instituição escolar se caracteriza pela disposição arquitetônica do ambiente e das salas, permitindo um controle minucioso de observadores que, além de vigiarem, também são vigiados (diretores, coordenadores, supervisores, professores e inspetores); a sanção normalizadora, que no caso da instituição escolar se caracteriza pelas punições capazes de moldar sujeitos homogêneos e disciplinados para que se encaixem nos padrões impostos; e o exame que se caracteriza pela junção dos dois primeiros instrumentos, ou seja, funciona como uma forma de qualificar, classificar, exaltar e/ou punir os sujeitos. A partir desses instrumentos, o poder disciplinar atua direta e indiretamente na vida dos indivíduos (Zanlorenzi, 2017; Ferraz; Pagni, 2019).

Ainda sob essa ótica de práticas de disciplinarização, existe também poder disciplinar nas relações discursivas. Segundo Ferraz e Pagni (2019, p. 97),

Existem três sistemas de exclusão que atingem o discurso: a interdição; a separação; e a vontade de verdade (Foucault, 2009, p. 09-17). A interdição é a engrenagem mais usual em nossa sociedade e se refere ao direito privilegiado daquele que fala, ou seja, não é tudo que pode ser dito por todos. Além disso, é nesse mecanismo que se encontram os tabus, como, por exemplo, as questões sobre o sexo, que não podem ser ditas por qualquer um ou em qualquer circunstância (Foucault, 2009, p. 9-10). Na interdição, fica evidenciada a relação entre discurso e poder, pois a separação – ou rejeição – é vista na desqualificação do discurso por algum motivo, por exemplo, o menosprezo com o discurso dos loucos a partir de sua oposição com a racionalidade (Foucault, 2009, p. 10-13). O último sistema é a vontade de verdade, pela qual o discurso torna-se uma ferramenta de exclusão na medida em que visa a busca pelo discurso verdadeiro em detrimento do falso (Foucault, 2009, p. 13-17). Essa busca incessante pela verdade resulta na desqualificação de outros discursos, principalmente nesta época atual do cientificismo. Nas escolas, existe um silenciamento dos alunos, visto que o seu discurso não é científico, logo, não tem valor. Esse disciplinamento na escola, por meio da prática discursiva, advém da noção de que a instituição escolar é detentora do saber.

Tais teorias foucaultianas, embora desenvolvidas entre as décadas de 1960 a 1980, perpassam o tempo e permanecem atuantes, ainda que em crise. A crise do poder disciplinar ocorre em detrimento dos movimentos democráticos de resistência (feminismo, luta de classes, movimentos estudantis e de operários, entre outros) persistentes desde a segunda metade do século XX. Assim, as resistências também se encontram presentes nas relações de poder, atuando como um ponto positivo dessa teia (Batista; Baccon; Gabriel, 2015).

Em suma, por todos os motivos mencionados, é possível caracterizar as instituições escolares como dispositivos pertencentes a essa malha de relações de poder disciplinares e que se encontra na busca por uma reformulação e ressignificação de suas práticas, princípios e valores. O enfraquecimento das técnicas disciplinares e do processo de docilização de corpos evidencia a falência desse modelo de sociedade autoritário, que vem se tornando cada vez menos operante, haja vista que os movimentos de resistência atuam com uma forte insubmissão frente aos padrões impostos (Batista; Baccon; Gabriel, 2015).



Em face dessa sede de resistência presente nos indivíduos no limiar de uma sociedade pós-moderna, ao professor se atribui a tarefa de trilhar caminhos que promovam a superação desse formato de educação capitalista. Os indivíduos que compõem a sociedade reivindicam viver em liberdade, uma vez que viver uma vida de servidão não se caracteriza como viver de forma integralmente humana. Essa formação integral do sujeito deve ser praticada, haja vista que ela consiste em “um conjunto de exercícios que forjam um ser livre. Esses exercícios passam pelo processo de ensino e aprendizagem e acontecem, certamente, na educação escolar” (Gabriel; Pereira, 2018, p. 35). Por esses e outros motivos o modelo de educação vigente e emergente deve ser, sobretudo, democrático, igualitário, laico, omnilateral e politécnico.

O CUIDADO DE SI E A FORMAÇÃO INTEGRAL DO SUJEITO

Desde o início da modernidade, as relações sociais se constroem frente aos interesses de mercado. O modelo educacional em países capitalistas vive à mercê das relações econômicas e, por isso, o homem não é mais o centro no processo educativo. Nestes termos, os interesses do capital tornam secundários os interesses humanos de dignidade, autonomia e liberdade. Dessa forma, a educação resulta na formação de sujeitos para atuar exclusivamente no mercado de trabalho, e não para atuar como protagonistas de suas vidas (Goergen, 2019).

De outro ângulo, o sujeito que se originou como constructo da modernidade, antes passivo, atua também pelo ideário da liberdade de si. Essa mudança na racionalidade tem caminhado no sentido de modificar as relações sociais, fomentando um novo cenário no qual os homens articulam com vistas à emancipação e à autonomia.

Esse percurso histórico entrelaça uma trama em que “configura-se assim a imagem ambivalente do ser humano: de um lado, imbuído do novo ideal de liberdade e autonomia; de outro, submisso às expectativas do sistema capitalista de produção e consumo” (Goergen, 2019, p. 5). Nesse sentido, os movimentos de resistência citados anteriormente, como formas de superar as técnicas de dominação do poder, terão êxito quando realizados mutuamente e diretamente, ou seja, por meio de movimentos que atuem para mudança de bens comuns. Em Foucault, esses movimentos se caracterizam como relações de poder produtoras e não opressoras, sendo determinadas como práticas de liberdade. Esse pensamento libertário, segundo Foucault, é possível pela teoria do cuidado de si (Pereira, 2013).

O cuidado de si é a última etapa dos pensamentos foucaultianos, sendo responsável por tratar de questões do campo da ética. Esse conceito foi desenvolvido na obra “A Hermenêutica do Sujeito” (1981), em que Foucault retoma a ideia de Sócrates sobre epimeleia heautou (cuidado de si). “Esta era a mensagem central de Sócrates às pessoas: ocupem-se de si mesmas, tenham cuidado de si, desconfiem das supostas verdades comuns, preocupem-se mais com sua formação, seus costumes, suas crenças infundadas” (Goergen, 2019, p. 11). Assim, cuidado de si representa o esforço pessoal do indivíduo em seu próprio desenvolvimento, a construção contínua de si mesmo através de um trabalho diligente que pode ser denominado ascetismo. Diferentemente do conhecimento, que se adiciona ao indivíduo, alcançar a verdade em seu significado mais profundo e engajado não apenas complementa, mas também transforma o próprio sujeito.

Vale destacar que o cuidado de si, na perspectiva foucaultiana, não remete ao cuidado apenas de si próprio, mas também de pensar que ao cuidar de si, também estamos cuidando do nosso



semelhante e de toda uma sociedade ao redor. Segundo Foucault (2006), para que a prática pessoal seja eficaz e realmente alcance seu objetivo, que é o próprio eu, a presença de outra pessoa é essencial. Esse outro desempenha um papel fundamental, garantindo que a abordagem adotada preencha verdadeiramente seu propósito. Portanto, a interação com outrem é crucial para que o processo de autoconhecimento e desenvolvimento pessoal seja bem-sucedido. Assim, ao tomar consciência de si como um ser prático produtor, os sujeitos tomam consciência de que estão inseridos em um meio social onde podem e devem participar de forma ativa e autônoma.

Ademais, é importante entender que a educação tem diversas funções. Ao mesmo tempo em que lhe compete dissipar conhecimentos para que os sujeitos possam ingressar no mercado de trabalho, concomitantemente, também lhe compete formar sujeitos críticos, autônomos, que tenham consciência de si e que não apenas funcionem como corpos dóceis que recebem informações prontas e as utilizam sem questioná-las.

Segundo Pereira (2013), o professor e o aluno cuidam de si numa troca mútua. A tarefa do educador é, essencialmente, zelar pelos outros; ele é quem assume a responsabilidade pelo desenvolvimento dos estudantes, protegendo e facilitando seu processo de crescimento. No entanto, ao cuidar dos outros, o educador também cuida de si mesmo, pois só é possível oferecer esse cuidado ao próximo se ele próprio estiver bem cuidado. Além disso, na medida em que o educador se dedica aos outros, ele cria oportunidades para que cada indivíduo também participe ativamente do seu próprio processo de autocultivo e autocuidado.

Em suma, as instituições escolares na contemporaneidade atuam não mais como detentoras de saberes prontos e imutáveis, mas sim como dispositivos que possibilitam aos sujeitos formarem-se integralmente, onde possam realizar o cultivo de si e de seu meio social a partir de relações produtivas. A autonomia se dá ao praticar o cuidado de si como prática de libertação.

O ENSINO INTEGRADO: possibilidade de uma educação para autonomia

Muitos profissionais da educação, ao ouvirem falar sobre o ensino integrado ou a formação integral, ligam imediatamente esses termos ao ensino vinculado a uma carga extensa na escola. No entanto, a palavra integral neste escopo não apresenta relação com o quantitativo de horas em sala. Na realidade, essa concepção de integralidade vem na contramão da dualidade na educação, tendo como proposta uma escola unitária e igualitária (Castaman; Rodrigues, 2020).

Segundo Gramsci (2001), a origem da dualidade na educação se baseia em princípios de ordem racional. A divisão se dava pela privação da classe trabalhadora dos conhecimentos intelectuais, sendo uma educação puramente para formação profissional e que reduzia sujeitos à mão de obra. A classe dominante, por sua vez, desfrutava de uma educação de cunho mais propedêutico e intelectual, haja vista que somente essa classe continuaria seus estudos.

Nesse sentido, a formação integral do sujeito tem sido implementada na educação a partir do modelo de ensino integrado, sobretudo no modelo de ensino profissional integrado ao ensino médio, no qual os conhecimentos são integrados num modelo de escola unitária com a finalidade de romper a histórica dualidade existente na educação. Com excelência, destaca Brasil (2007a apud Ramos, 2014) que, na abordagem da educação integrada, que combina o ensino médio com o técnico, o objetivo é fazer com que a educação geral e a profissional sejam indissociáveis em todos os aspectos da preparação para o mercado de trabalho, incluindo tanto



os processos produtivos quanto os educativos, desde a formação inicial até o ensino técnico, tecnológico ou superior. A intenção é tratar o trabalho como um fundamento educacional, visando eliminar a separação entre trabalho manual e intelectual, integrar o aspecto intelectual ao trabalho produtivo e desenvolver trabalhadores que sejam não apenas eficientes na produção, mas também líderes e participantes ativos na sociedade.

De acordo com Frigotto (2009, p. 189 apud Fuini, 2021, p. 12), é necessário destacar que o trabalho como princípio educativo não diz respeito “diretamente a método pedagógico nem à escola, mas a um processo de socialização e de internalização de caráter e personalidade solidários, fundamental no processo de superação do sistema do capital e da ideologia das sociedades de classe que incidem o gênero humano”.

A integração do currículo não se fundamenta na exclusão dos conhecimentos teóricos necessários e nem os organiza em ordem de importância frente aos interesses burgueses. Para Ramos (2008, p. 3 apud Castaman e Rodrigues, 2020, p. 308),

A integração [...] possibilita formação omnilateral dos sujeitos, pois implica a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço produtivo; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

Em suma, o trabalho como princípio educativo possibilita ao ensino integrado, na perspectiva de formação integral, difundir nas instituições escolares o fundamento de que os sujeitos, independente de classe social, são seres práticos produtores de si mesmos e de sua realidade. Assim, dentro da perspectiva de formação omnilateral, desconstrói-se a ideia de domesticação e doutrinação.

A partir do exposto e ao retomar as ideias foucaultianas de poder-saber e do cuidado de si, nota-se que o modelo utópico de uma formação integral e de ensino integrado funciona como uma ferramenta para trilhar os caminhos das práticas de liberdade, ou seja, da desconstrução de corpos docilizados, disciplinarizados e alienados. Essa modalidade, que comporta em si os caminhos da ética, permite o cuidar de si como prática de libertação, haja vista que as lutas pelas conquistas de nossas subjetividades e pela possibilidade de pensar criticamente tornam os sujeitos cidadãos em plenitude (Fuini, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filósofo Michel Foucault, como já destacado anteriormente, apresenta contribuições em diversas áreas do conhecimento, englobando também o campo da educação. As considerações apresentadas neste trabalho foram feitas sob a ótica das teorias foucaultianas devido aos seus ideários mobilizadores em favor da desconstrução de uma educação burguesa e autoritária, marcada pelas relações de poder opressivas, que permeiam desde a modernidade o sistema educacional.



Embora muito criticada, a escola enquanto veículo de transformação social e do conhecimento deve resistir às mazelas do processo histórico, de forma a contribuir para a superação do autoritarismo e do poder disciplinar. Enquanto ferramenta de socialização, a escola deve reconfigurar-se numa perspectiva de propiciar um ambiente benéfico para o desvelar das técnicas de si e de possibilitar a compreensão do trabalho como princípio educativo, e não apenas como atividade meramente econômica, pois ao se conhecer e conhecer o mundo ao redor, o indivíduo torna-se consciente, autônomo, crítico e emancipado.

REFERÊNCIAS

CASTAMAN, A. S.; RODRIGUES, R. A. **O trabalho como princípio educativo no ensino integrado ao médio**. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, v. 6, n. 17, 26 ago. 2020. Disponível em: <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RECEI/article/view/2291>. Acesso em: 7 dez. 2023.

BATISTA, F.; BACCON, A. L. P.; GABRIEL, F. A. Pensar a escola a partir de Foucault: uma instituição disciplinar em crise? **Revista Inter Ação**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 1–16, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/30659>. Acesso em: 5 dez. 2023.

FERRAZ, K.; PAGNI, P. A. Educação escolar em perspectivas foucaultianas: um estudo do sujeito e do poder. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 22, n. 38, p. 91–112, 2019. DOI: 10.24934/eef.v22i38.2774.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização: Roberto Machado. 28. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975 – 1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. – São Paulo: Martins Fontes, 3ª tiragem, 2002.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 20ª edição, 1999.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha de ideias na sociedade de classes. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, jan./abr. de 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QFXsLx9gvgFvHTcmfNbQKQL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 dez. 2023.

FUINI, L. L. A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: um estudo através da perspectiva foucaultiana. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 20, p. e9882, mar. 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9882>. Acesso em: 7 dez. 2023.

GABRIEL, F. A.; PEREIRA, A. L. Foucault e a Educação: entre o poder disciplinar e as técnicas de si (é possível educar para a liberdade?). **Educação em Revista**: Marília, v. 19, n. 2, p. 27-44, Jul.-Dez. 2018. Disponível em:



<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/7110>. Acesso em: 04 dez. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

GOERGEN, P. L. Cultura e formação: a ideia de formação humana na sociedade contemporânea¹. **Pro-Posições** [online]. 2019, v. 30. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/DKNPcT3ZVd3T67p9tXHWXwQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 dez. 2023.

GRAMSCI, A. **Caderno 12**. IN: Cadernos do Cárcere. Vol. 2 (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo). 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9949180-Antonio-gramsci-cadernos-do-carcere.html>. Acesso em: 08 dez. 2023.

LOBO, A. S. A.; MACIEL JÚNIOR, A. **Memória, subjetivação, resistência e fora em Foucault**. APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, [S. l.], v. 2, n. 16, 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/4535>. Acesso em: 5 dez. 2023.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MOURA, D. H. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/c5JHHJqdxYTnwWvnGfdkztG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 dez. 2023.

RAMOS, M. **História e política da educação profissional**. Curitiba, Paraná. IFPR/EAD, Volume V, 2014. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Trabalho-e-Forma%C3%A7%C3%A3o-Docente.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2023.

PEREIRA, B. F. Foucault e a Educação Libertária: por uma escola transformadora da sociedade. **Revista Eletrônica de Filosofia**, v. 5, n. 13, 2013. Disponível em: https://www.theoria.com.br/educacao13/foucault_e_a_educacao_libertaria.pdf. Acesso em: 07 dez. 2023.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ZANLORENZI, M. A. Relações de Poder e Educação Matemática: do poder disciplinar à possibilidade de resistências. **Perspectivas da Educação Matemática**, v. 10, n. 22, 10 jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/3199>. Acesso em: 05 dez. 2022.

Recebido em: 29 de abril 2024

Aceito em: 24 de outubro 2024